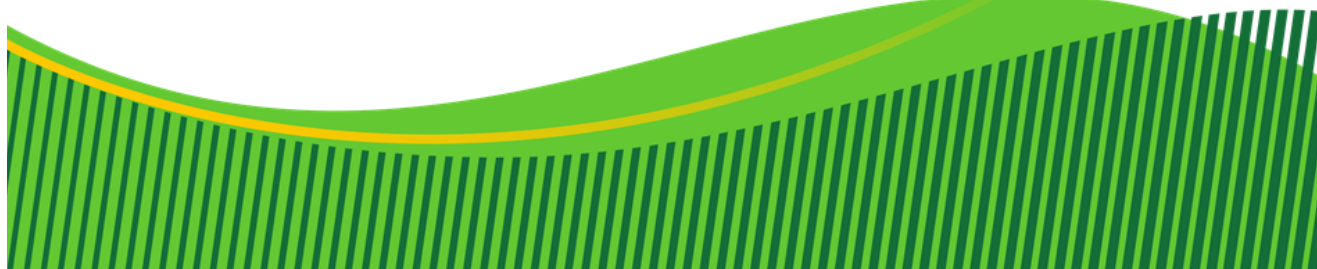


Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardelo
Av. Mostardelo, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
Sorriso - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 15 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Ceileiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
CIRCULANTE	1.149.575	960.174	CIRCULANTE	552.026	505.025
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	5.484	5.564	DEPÓSITOS (NOTA 11)	137.099	151.341
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	579.820	479.053	Depósitos à Vista	127.483	141.492
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	306	Depósitos interfinanceiros	4.655	102
Depósitos no Banco Central	1.081	-	Depósitos a Prazo	4.961	9.747
Correspondentes no país	164	168	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	358.620	301.247
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	578.574	478.579	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	722
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	536.123	447.591	Repasses interfinanceiros (NOTA 12)	358.619	302.525
Operações de Crédito	573.704	484.492	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.054	1.161
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(37.581)	(36.901)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.054	1.161
OUTROS CRÉDITOS	26.716	26.167	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	8.991	7.410
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	882	439	Empréstimos País - Outras Instituições	8.991	7.410
Rendias a Receber	3.389	5.226	OUTRAS OBRIGAÇÕES	46.262	41.866
Diversos (NOTA 07)	24.820	21.928	Cobrança e Arrecadação de Tributos	84	56
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(2.375)	(1.426)	Sociais e Estatutárias	3.940	2.600
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	1.432	1.799	Fiscais e Previdenciárias	1.504	1.408
Outros Valores e Bens	1.182	1.345	Diversas (NOTA 14)	40.734	37.802
Despesas Antecipadas	250	454	NÃO CIRCULANTE	428.141	326.726
NÃO CIRCULANTE	100.287	92.806	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	428.141	326.726
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	35.261	30.961	DEPÓSITOS (NOTA 11)	425.772	326.035
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	416	-	Depósitos a Prazo	425.772	326.035
Aplicações em Depósitos interfinanceiros	416	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	2.369	691
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	34.681	30.867	Repasses interfinanceiros	2.369	691
Operações de Crédito	52.069	44.425	OUTROS CRÉDITOS		
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(17.388)	(13.558)	Diversos (NOTA 07)	167	94
OUTROS CRÉDITOS	164	94	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3)	-
Diversos (NOTA 07)	167	94	PERMANENTE	65.026	61.845
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3)	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	269.695	221.229
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	42.652	42.652	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	132.542	116.218
Outros Investimentos	42.652	42.652	De Domiciliados no País	133.099	116.577
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	17.718	15.254	(Capital a Realizar)	(557)	(359)
Imóveis de Uso	12.568	10.268	RESERVAS DE SOBRAS	114.858	87.881
Outras Imobilizações de Uso	10.505	9.459	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.295	17.130
(Depreciação acumulada)	(5.355)	(4.473)	INTANGÍVEL (NOTA 10)	4.656	3.939
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	7.804	6.401	Outros Ativos Intangíveis	7.804	6.401
(Amortização acumulada)	(3.148)	(2.462)		(3.148)	(2.462)
TOTAL DO ATIVO	1.249.862	1.052.980	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.249.862	1.052.980

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	54.036	-	54.036	101.760	-	101.760	106.040	18	106.058
Operações de Crédito	52.531	-	52.531	100.254	-	100.254	105.595	18	105.613
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.505	-	1.505	1.505	-	1.505	435	-	435
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	-	10	-	10
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	1	-	1	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(62.208)	(865)	(63.073)	(101.357)	(1.348)	(102.705)	(108.598)	(1.743)	(110.341)
Operações de Captação no Mercado	(30.928)	(43)	(30.971)	(55.119)	(103)	(55.222)	(37.501)	(56)	(37.557)
Operações de Empréstimos e Repasses	(10.311)	(822)	(11.133)	(19.862)	(1.245)	(21.107)	(40.230)	(1.687)	(41.917)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.969)	-	(20.969)	(26.376)	-	(26.376)	(30.867)	-	(30.867)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.172)	(865)	(9.037)	403	(1.348)	(945)	(2.558)	(1.725)	(4.283)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	25.456	6.021	31.477	47.676	10.373	58.049	36.918	11.611	48.529
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.179	7.963	14.142	11.713	14.494	26.207	7.443	11.908	19.351
Rendas de Tarifas Bancárias	3.452	-	3.452	6.296	-	6.296	4.556	2	4.558
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(12.359)	(1.006)	(13.365)	(23.584)	(1.580)	(25.164)	(21.158)	(1.434)	(22.592)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(9.932)	(1.219)	(11.151)	(20.261)	(2.127)	(22.388)	(17.053)	(2.393)	(19.446)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(43)	(386)	(429)	(106)	(704)	(810)	(61)	(578)	(639)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	58.059	1.163	59.222	104.827	1.288	106.115	75.945	4.940	80.885
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(19.900)	(494)	(20.394)	(31.209)	(998)	(32.207)	(12.754)	(834)	(13.588)
RESULTADO OPERACIONAL	17.284	5.156	22.440	48.079	9.025	57.104	34.360	9.886	44.246
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3)	(4)	(7)	115	(7)	108	29	(8)	21
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	17.281	5.152	22.433	48.194	9.018	57.212	34.389	9.878	44.267
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.502	1.502	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	892	892	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	610	610	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	17.281	6.654	23.935	48.194	9.018	57.212	34.389	9.878	44.267
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	9.018	(9.018)	-	9.878	(9.878)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	17.281	6.654	23.935	57.212	-	57.212	44.267	-	44.267
DESTINAÇÕES	-	-	-	(34.917)	-	(34.917)	(27.137)	-	(27.137)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.510)	-	(8.510)	(8.303)	-	(8.303)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.229)	-	(2.229)	(1.713)	-	(1.713)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(20.065)	-	(20.065)	(15.417)	-	(15.417)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(4.113)	-	(4.113)	(1.704)	-	(1.704)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	22.295	-	22.295	17.130	-	17.130

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	94.544	70.760	14.989	180.293
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	10.451	-	(14.906)	(4.455)
Outras destinações	-	-	(83)	(83)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	6.523	-	-	6.523
Baixas de capital	(3.106)	-	-	(3.106)
Resultado do período	-	-	44.267	44.267
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.713)	(1.713)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.417	(15.417)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.806	-	(8.303)	(497)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.704	(1.704)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	116.218	87.881	17.130	221.229
Mutações do Período	21.674	17.121	2.141	40.936
Saldos no início do período em 01/01/2016	116.218	87.881	17.130	221.229
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.855	-	(13.677)	(6.822)
Destinações para reservas	-	2.799	(2.799)	-
Outras destinações	-	-	(654)	(654)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.059	-	-	5.059
Baixas de capital	(3.585)	-	-	(3.585)
Resultado do período	-	-	57.212	57.212
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.229)	(2.229)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.065	(20.065)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.995	-	(8.510)	(515)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.113	(4.113)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	132.542	114.858	22.295	269.695
Mutações do Período	16.324	26.977	5.165	48.466
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	123.779	90.680	33.277	247.736
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.404	-	-	2.404
Baixas de capital	(1.636)	-	-	(1.636)
Resultado do período	-	-	23.935	23.935
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.229)	(2.229)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.065	(20.065)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.995	-	(8.510)	(515)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.113	(4.113)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	132.542	114.858	22.295	269.695
Mutações do Período	8.763	24.178	(10.982)	21.959

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	33.890	63.390	56.798
Resultado do semestre/exercício	23.935	57.212	44.267
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.955	6.178	12.531
Provisão para operações de crédito	11.074	4.511	12.777
Provisão para desvalorização de outros créditos	1.101	951	448
Depreciação do imobilizado de uso	759	1.474	1.293
Amortização do intangível	374	686	576
Baixas do ativo permanente	75	124	269
(Reversão) para passivos contingentes	(118)	(91)	(94)
Destinações ao FATES	(2.229)	(2.229)	(1.713)
Dividendos SicrediPar	(1.081)	752	(1.025)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(175.372)	48.508	(41.880)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(280)	(416)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	9.305	305	(305)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(1.081)	(1.081)	331
Redução em relações com correspondentes	73	4	22
(Aumento) Redução em operações de crédito	(197.168)	(96.856)	80.478
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	167.364	57.051	(58.260)
(Aumento) em outros créditos	(433)	(2.323)	(10.262)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(970)	367	(1.678)
Aumento (Redução) em depósitos	(155.540)	85.495	35.040
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(771)	(107)	17
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	456	1.581	(88.264)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(941)	(2.213)	(1.507)
Aumento em outras obrigações	4.614	6.701	2.508
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(141.482)	111.898	14.918
Aquisição de Investimentos	-	-	(136)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.739)	(4.063)	(2.425)
Aplicações no Intangível	(272)	(1.403)	(1.872)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(3.011)	(5.466)	(4.433)
Integralização de capital	2.404	5.059	6.523
Baixa de capital	(1.636)	(3.585)	(3.106)
Juros ao capital próprio	(515)	(515)	(497)
Distribuição de Sobras	-	(7.476)	(4.538)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	253	(6.517)	(1.618)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(144.240)	99.915	8.867
Caixa e equivalente de caixa no início do período	728.298	484.143	475.276
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	584.058	584.058	484.143

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/02/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima citados, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial os passivos tributários foram reclassificados para o grupo de Outras Obrigações Diversas, no exercício anterior estavam alocados em Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias e na Demonstração de Sobras ou Perdas foram realocados alguns dos valores referentes a "Rendas de tarifas bancárias". Todos os valores foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação entre os exercícios de 2015 e 2016, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	960.267	(93)	960.174
OUTROS CRÉDITOS	26.260	(93)	26.167
Diversos	22.021	(93)	21.928
Ativo Não circulante	92.713	93	92.806
OUTROS CRÉDITOS	1	93	94
Diversos	1	93	94
Passivo circulante	505.025	-	505.025
OUTRAS OBRIGAÇÕES	41.866	-	41.866
Fiscais e Previdenciárias	1.533	(125)	1.408
Diversas	37.677	125	37.802

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	48.529	-	48.529
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	19.539	(188)	19.351
Rendas de Tarifas Bancárias	4.370	188	4.558

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	5.484	5.564
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	578.574	478.579
Total	584.058	484.143

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	416	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	416	-
Total realizável a longo prazo	416	-

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	148.336	42.713	191.049	218.691
Financiamentos	60.755	6.989	67.744	47.439
Financiamentos rurais e agroindustriais	364.613	2.367	366.980	262.787
Carteira total	573.704	52.069	625.773	528.917

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	882	-	882	439
Devedores por compra de valores e bens	55	166	221	386
Títulos e créditos a receber (i)	19.008	1	19.009	12.519
Total	19.945	167	20.112	13.344

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	125.766	95.929	629	480
Nível B	1,00	264.369	289.409	2.644	2.894
Nível C	3,00	163.022	59.621	4.891	1.789
Nível D	10,00	26.363	32.720	2.636	3.272
Nível E	30,00	16.131	22.638	4.839	6.792
Nível F	50,00	12.828	7.157	6.415	3.579
Nível G	70,00	7.043	5.813	4.930	4.069
Nível H	100,00	30.363	28.974	30.363	28.974
Total (i)		645.885	542.261	57.347	51.849

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (2015 - R\$ 36).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	7.663	51.268	111.759	37.055	207.745	206.380
Rural	467	19.176	344.970	2.367	366.980	262.787
Industrial	190	2.523	2.849	987	6.549	10.236
Comércio	713	14.546	14.042	5.908	35.209	34.181
Outros Serviços	1.386	11.384	10.713	5.919	29.402	28.677
Total	10.419	98.897	484.333	52.236	645.885	542.261

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	61.085	9,46	39.759	7,33
50 devedores seguintes	144.827	22,42	90.422	16,67
100 devedores seguintes	146.043	22,61	99.431	18,34
Demais	293.930	45,51	312.649	57,66
Total	645.885	100	542.261	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	51.885	38.660
Constituição de provisão	26.376	30.867
Movimentação de baixados para prejuízo	(20.914)	(17.642)
Saldo final	57.347	51.885

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 6.934 (2015 - R\$ 5.074), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.595 (2015 - R\$ 21.609).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	81	123
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.448	2.040
Devedores por compra de valores e bens	55	386
Devedores por depósitos em garantia	300	157
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.117	706
Títulos e créditos a receber	19.008	12.518
Valores honrados	163	2.780
Cotas de consórcio	130	-
Operações com cartões	40	43
Pendências a regularizar	184	1.019
Outros	1.294	2.156
Total Circulante	24.820	21.928

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	93
Devedores por compra de valores e bens	166	-
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	167	94

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

(ii) Refere-se basicamente ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	1.182	1.345
Imóveis	1.033	1.110
Veículos e afins	149	45
Máquinas e equipamentos	-	190
Despesas antecipadas	250	454
Total Circulante	1.432	1.799

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	18.807	18.807
Sicredi Participações S.A.	23.844	23.844
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	42.652	42.652

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	7.737.660 ON 16.106.523 PN	7.737.660 ON 16.106.523 PN	1 Quotas	1 Quotas	18.806.851 Quotas	18.806.851 Quotas
Percentual de participação	2,74%	2,96%	0,63%	0,72%	16,01%	16,08%
Capital social	869.279	804.351	165	138	117.452	116.950
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	122.111	121.225
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	500	585
Valor do investimento	23.844	23.844	1	1	18.807	18.807

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	23.073	(5.355)	17.718	15.254
Imobilizações em curso	-	385	-	385	632
Terrenos	-	4.984	-	4.984	2.684
Edificações	4%	7.584	(1.035)	6.549	6.853
Instalações	10%	1.662	(409)	1.253	1.055
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.979	(1.291)	2.688	2.120
Sistema de comunicação	10%	178	(69)	109	68
Sistema de processamento de dados	20%	3.696	(2.238)	1.458	1.473
Sistema de segurança	10%	178	(55)	123	115
Sistema de transporte	20%	427	(258)	169	254
Intangível (i)	5% a 15%	7.804	(3.148)	4.656	3.939
Investimentos Confederação		7.804	(3.148)	4.656	3.939
Total		30.877	(8.503)	22.374	19.193

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	127.483	-	-	127.483	141.492
Depósitos Interfinanceiros	537	4.118	-	4.655	102
Depósitos a prazo	2.226	2.735	425.772	430.733	335.782
Total	130.246	6.853	425.772	562.871	477.376

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	347.030	260.814
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	347.030	260.814
Outros Recursos	11.589	41.711
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	11.589	41.711
Total circulante	358.619	302.525
Recursos do Crédito Rural	2.369	691
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.369	691
Total exigível a longo prazo	2.369	691

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 14,25% a.a. com vencimentos até 30/05/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	8.991	7.410
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	8.991	7.410
Total circulante	8.991	7.410

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 04/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015 (Reapresentado)
Cheques administrativos	1.718	4.624
Obrigações por convênios oficiais	9	6
Provisão para pagamentos a efetuar	6.160	5.782
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	399	490
Provisão para coobrigações (i)	11.950	7.525
Pendências a regularizar	5	334
Operações com cartões	18.030	11.695
Demais fornecedores	493	412
Credores diversos	1.970	6.934
Total circulante	40.734	37.802

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	20	40	(40)	20
Cível	345	101	(192)	254
Tributária	125	-	-	125
Total	490	141	(232)	399

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	20	20
Cível	Provável	254	345
Tributária	Provável	125	125
Total		399	490

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 84 e R\$ 115 (2015 - R\$ 45 e R\$ 115), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	132.542	116.218
Total de associados	37.920	35.861

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 16.324 (2015 – R\$ 21.674), sendo R\$ 14.850 (2015 – R\$ 18.257) via integralização de resultados e R\$ 5.059 (2015 – R\$ 6.523), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.585 (2015 – R\$ 3.106).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.510, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	57.212	44.267
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(24.029)	(18.592)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	34	165
Provisão de PPR	23	43
Receita com atos cooperativos	20.241	13.756
Juros sobre o capital próprio	3.574	3.321
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	815
Outros	157	492
Subtotal	24.029	18.592
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	416	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	578.574	478.579
Outros Créditos - Rendas a receber	1.489	2.918
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.551	2.034
Despesas antecipadas (Nota 08)	207	406
Investimentos (Nota 09)	42.652	42.652
Intangível (Nota 10)	4.657	3.939
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	4.655	102
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	360.988	303.216
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	8.991	7.410
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	17.653	11.689
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.505	-
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	9.214	170
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	90.140	67.973
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	190	2
Operações de Empréstimos e Repasses	21.080	28.970
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	2.383	1.935
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	9.451	9.686

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	637	0,50%	474
Depósitos a prazo	1.297	0,30%	1.696
Operações de crédito	16.561	2,65%	6.495

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	3.497	3.364

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 22.388 (2015 - R\$ 19.446) refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	4.397	4.266
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	83.432	64.388
Reversão de provisões operacionais	10.069	1.319
Outras rendas operacionais	8.217	10.912
Total	106.115	80.885

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.189	899
Contribuição O.C.E.	105	96
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.556	1.421
Contribuição Confederação Sicredi	4.860	5.209
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.657	1.715
Encargos da administração financeira	462	383
Repasse Administradora de Cartões	557	585
Outras provisões operacionais	13.864	670
Outras despesas operacionais	7.957	2.610
Total	32.207	13.588

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	302.783	252.831
Coobrigações em cessões de crédito	67	74
Total	302.850	252.905

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema esta centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	267.520	219.475
Capital principal - CP	267.520	219.475
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	114.858	87.881
Lucros acumulados	22.295	17.130
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	2.175	1.024
Total do capital qualificado	267.520	219.475
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	118.727	106.264
Índice sobre o PR considerando a RBAN	23,73%	22,83%
Situação para o limite de imobilização	20.202	18.170
Índice de imobilização (limite 50%)	7,55%	8,28%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Marcio Luiz de Abreu
Diretor Executivo
CPF: 004.967.879-50

Luiz Alberto Bazzoni
Diretor de Operações
CPF: 438.786.109-63

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72